

Efeito Toffoli gera romaria de delatores por revisão de acordos

Lava Jato

Decisão de Toffoli gera 'efeito cascata' e delatores pedem revisão de acordos

Um ano após ministro do STF invalidar provas da leniência da Odebrecht, alvos da operação tentam reaver recursos de multas; juiz de Curitiba mandou devolver R\$ 25 milhões a acusado

PEPITA ORTEGA

Um ano após anular todas as provas do acordo de leniência da Odebrecht (atual Novonor), o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), acumula em seu gabinete mais de 20 processos derivados de sua decisão que abriu um ciclo de desconstrução de medidas tomadas no âmbito da Operação Lava Jato. Das 46 petições em tramitação no gabinete do ministro em Brasília, 24 são de investigados pela Lava Jato, em especial delatores. Muitos deles integram a lista dos 77 ex-executivos da Odebrecht, e alguns pedem a suspensão das colaborações e a devolução de multas. Em um "efeito cascata", a decisão de Toffoli - de setembro de 2023 - tem servido de base para sentenças e despachos em varas de primeira instância e tribunais que foram base da operação.

O primeiro resultado concreto foi registrado na última sexta-feira: o juiz Guilherme Roman Borges, da 13ª Vara Criminal de Curitiba - a vara original da Lava Jato -, anulou os acordos de colaboração premiada e não persecução penal firmados por Jorge Luiz Brusa e ordenou que sejam devolvidos a ele R\$ 25 milhões pagos em multas. Apontado pela força-tarefa da Lava Jato como responsável por operações de lavagem de dinheiro, Brusa não chegou a ser denunciado justamente por causa do acordo de não persecução - instrumento pelo qual o réu confessa um crime e se compromete a cumprir uma série de cláusulas definidas pelo Ministério Público em troca do arquivamento da ação penal. Ele se tornou colaborador premiado, com acordo de delação homologado em janeiro de 2020.

Entre os que solicitam a extensão da decisão que anulou as provas da Odebrecht está o ex-diretor de Serviços da Petróbras Renato Duque, que foi preso em 17 de agosto. Denunciado por corrupção, associação criminosa e lavagem de dinheiro, Duque foi acusado de receber propinas em contratos da estatal com a Andrade Gutierrez e a Odebrecht, incluindo obras como a Refinaria Getúlio Vargas, a Refinaria Abreu e

Para entender

Reclamação de Lula deu início a processo no STF

As 24 petições que tramitam no gabinete do ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli estão ligadas à reclamação que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou em 2020 em busca da integral do acordo de leniência da Odebrecht.

O processo se agigantou, passou a abarcar diálogos apreendidos na Operação Spoofing e culminou na decisão que anulou as provas da empreiteira nas ações contra o chefe do Executivo. Desde então, outros réus da Lava Jato passaram a pedir extensão da decisão que beneficiou Lula.

Relator Toffoli herdou o processo do antigo relator, o ministro Ricardo Lewandowski - hoje ministro da Justiça -, nessas condições com pedidos de uma série de personagens da Lava Jato, que já conseguiram decisões benéficas: os empresários Walter Faria e Paulo Skaf, o ex-ministro Paulo Bernardo, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, o ex-presidente da Eletro nuclear, almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, e o ex-ministro Edison Lobão

Lima e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro; ele foi condenado a 39 anos de detenção. Toffoli ainda não decidiu sobre a petição de Duque, imitada logo após o mandado de prisão ter sido expedido.

LOBISTA E EMPREITEIRO. Outro caso de tentativa de reaver valores pagos em multas é o de Adir Assad, empresário apontado como lobista e operador de propinas, que foi condenado e preso por operações de lavagem de dinheiro junto à Odebrecht. Ele pediu a suspensão da multa do acordo de R\$ 50 milhões fechado com o Ministério Público Federal em 2017. A defesa de Assad alegou suposta "falta de voluntariedade" na celebração do pacto. Toffoli sinali-



Toffoli herdou processo do antigo relator, Ricardo Lewandowski

Anulação Incomodado com o "tumulto do processo", Toffoli assinou, no dia 6 de setembro do ano passado, o despacho que anulou as provas da leniência da Odebrecht. Se antes o ministro aplicava a decisão do STF sobre Lula a cada um dos réus que pediam a extensão do entendimento, agora a anulação valeria para todos os réus. Assim, eles poderiam usar a decisão de Toffoli para dirigir os pedidos de anulação e trancamento de processos judiciais a juízes de primeiro grau.

Curitiba Um movimento semelhante aconteceu quando o Supremo Tribunal Federal declarou a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba para julgar

Lula e declarou Sérgio Moro suspeito: coube aos Juízes que cuidavam das ações do petista a avaliação do impacto da decisão e a consequente anulação das ações. O ministro tentou organizar a reclamação. Começou a separar os novos pedidos de extensão em petições à parte, como ocorre até hoje. Antes disso todas as solicitações eram encaminhadas e decididas com o cabeçalho da reclamação.

Conexão As petições eram encaminhadas para o gabinete do ministro Dias Toffoli em razão da conexão com o processo principal. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o caso envolvendo o empresário Marcelo Odebrecht

sentada a seu colega Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo.

O próprio Jorge Luiz Brusa acionou Toffoli antes de recorrer à 13ª Vara Criminal de Curitiba. Em março, o ministro do STF negou o pedido e indicou que a defesa deveria acionar o "Juízo natural do feito" - a vara que homologou os acordos - que teria condições para analisar o caso "com a cautela e a verticalidade necessárias".

Na decisão da última sexta-feira, o juiz da 13ª Vara de Curitiba concluiu que as provas que levaram à investigação de Brusa comprometeram os acordos. "Sendo as provas declaradas nulas, nulo também é o próprio acordo, a sua homologação e quaisquer efeitos de-

le decorrentes, como os pagamentos realizados", escreveu. O magistrado afirmou ainda que o caso está prescrito e, por isso, o Ministério Público nem sequer poderá buscar a assinatura de um novo acordo de colaboração com Brusa. Na semana anterior, com base na mesma decisão de Toffoli, o juiz já havia trancado uma ação penal da Lava Jato contra dois executivos e um ex-advogado da petroquímica Braskem.

'CONTAMINADAS'. De acordo com a lei brasileira, o acordo de leniência envolve uma pessoa jurídica que entrega às autoridades informações e provas sobre atos de corrupção de que tenha conhecimento. Em troca, a empresa pode ter atenuadas e até suspensas todas as sanções e penas a que faria jus. Quando anulou as provas do acordo de leniência da Odebrecht, Toffoli determinou que os juízes responsáveis por processos que tinham usado essas provas fizessem uma análise caso a caso, para verificar se as ações se mantinham de pé.

Na prática, como o acordo de leniência da empreiteira foi o ponto de partida de dezenas de inquéritos derivados da Lava Jato, a decisão de Toffoli provoca um "efeito cascata": quando uma prova inicial é declarada nula, todas as demais são consideradas "contaminadas". Esse é o argumento que está sendo empregado por delatores interessados em receber de volta o dinheiro das multas.

A lista de petições relacionadas à implosão da Lava Jato incluiu o processo no qual Toffoli anulou todos os procedimentos e investigações envolvendo um dos principais delatores da operação, Marcelo Odebrecht. Conforme decidiu a Segunda Turma do STF, cada juiz vai ter de decidir sobre a derrubada dos processos dele.

Alvos da operação também estão usando como argumento as decisões do ministro do STF sobre Beto Richa (PSDB), ex-governador do Paraná e hoje deputado. Toffoli anulou todos os atos praticados pela antiga força-tarefa da Lava Jato em Curitiba e pelo ex-juiz Sérgio Moro (atual senador) envolvendo Richa nas operações Rádio Patrulha, Piloto, Integração e Quadro Negro. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6